

A NÃO-PARTICIPAÇÃO DO ALUNO NA AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Leonardo Marcelino Luz

Rede pública estadual de ensino de São Paulo

RESUMO

O fenômeno da não-participação do aluno na aula de Educação Física escolar vem sendo objeto de estudo apenas recentemente, concentrando-se sobretudo sob o aspecto da observação de aulas ou entrevistas com alunos, dando pouco espaço para o professor se manifestar. Visando investigar como o professor significa esse problema de estudo, aplicamos um questionário com 60 professores de Educação Física escolar para compreender se o professor tem contato com o tema em questão e também saber como é analisada a não-participação a partir desse agente educacional. A análise dos dados sugere que o professor ainda não tem muito acesso a literatura existente sobre o tema, mas que tenta criar formas de lidar com o problema para fazer com que seu aluno aprenda. Os professores denotam se importar que o aluno esteja participando da aula, buscam maneiras de o envolver e sugerem que a participação é um importante quesito avaliativo.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. Aprendizagem. Avaliação.

STUDENT NON-PARTICIPATION IN CLASS PHYSICAL EDUCATION: A CRITICAL ANALYSIS

ABSTRACT

The phenomenon of student non-participation in school Physical Education class has been the subject of study recently, focusing mainly on the observation of classes or interviews with students, giving little space for the teacher to express himself. Aiming to investigate as a teacher means this study problem, applied to a questionnaire with 60 Physical Education teachers to understand if the teacher has contact with the subject in question and also know how it is analyzed and will not participate in this educational agent. The analysis of the data suggests that the teacher still does not have much access to the existing literature on the topic, but tries to create ways to deal with the problem to make the student learn. Teachers denote that they care about the student who is participating in the class, look for ways to get involved and suggest that participation is an important issue at this point.

Keywords: Physical Education. Learning. Evaluation.

INTRODUÇÃO

A educação como direito social do cidadão brasileiro remonta a um período recente quando comparado à própria história da constituição do Estado, seja como monarquia, seja como república. Podemos situar a redemocratização brasileira após o período da ditadura militar (1964-1985), culminando com a promulgação da Constituição Federal de 1988, como um importante marco legal que representa um significativo avanço para assegurar o acesso à escolarização como direito inalienável de todos os cidadãos. A elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 vem para reforçar o caráter de acesso democrático de todos à educação escolarizada.

É também do período de redemocratização brasileira que podemos situar o movimento de *crise* paradigmática da Educação Física brasileira, com o aparecimento de obras e autores que, entre outras ações, propunham novos referenciais teóricos para o que se pensava em Educação Física escolar. Um autor e um título são emblemáticos desse fecundo período para a área: João Paulo Subirá Medina, e a publicação de *A educação física cuida do corpo e...mente*, de 1983. Entre outras mudanças significativas que afetaram de forma prática tanto professor quanto aluno, situamos que as aulas eram separadas por sexo e feitas no contraturno das aulas regulares.

Assim, o acesso à escola pelos filhos da classe trabalhadora de forma massificada começa a se consubstanciar somente a partir dos últimos 30 anos para cá, o que por um lado vem promovendo avanços nos índices educacionais, mas por outro lado tem feito a escola ser obrigada a repensar formas de trabalhar e atender a uma demanda que estava apartada do seu direito social de simples acesso. Não é incomum ouvirmos de candidatos a cargos no poder executivo e legislativo em época de eleições que melhorarão a escola pública, argumentando que *a escola em meu tempo sim era uma escola boa*. Concomitantemente a um maior número de crianças ingressando nas escolas que não foram preparadas para esse novo perfil, explodiam também os índices de retenção e evasão escolares, problema logo contornado pela pressão de órgãos financeiros internacionais durante o primeiro mandato (1995-1998) de Fernando Henrique Cardoso, que promulgou a controversa progressão continuada.

Com a Educação Física não foi diferente. Em 1996 a LDB lhe conferia *status* de componente curricular que deveria estar articulado ao projeto pedagógico da escola, e paulatinamente as aulas passaram a ser no mesmo turno regular de estudos e não mais separadas pelo sexo biológico dos alunos e alunas. As crianças estão hoje na escola, crianças que devem ser atendidas pelo poder público regido, entre outros, pelo Princípio da Impessoalidade, que todos tenham os mesmos direitos e sejam tratados de maneira igualitária. Isso implica em fazer com que todos tenham acesso à aula de Educação Física, que deixou de se guiar por um viés essencialmente esportivista para incorporar outros saberes oriundos da denominada *cultura corporal de movimento* (SOARES *et al.*, 2000). As crianças estão indo de chinelos para a aula de Educação Física, mas é melhor que estejam indo do que estejam apartadas da escola; os alunos só pensam em *jogar bola* e se recusam a fazer qualquer outra atividade, mas bem recentemente essas crianças só viam uma quadra do lado *de fora* da escola; crianças precisavam de atestado médico para fazer aula de Educação Física, hoje o direito de todos é uma educação inclusiva.

REVISÃO DE LITERATURA

A não-participação do aluno na aula de Educação Física escolar vem sendo objeto de estudo crescente apenas recentemente na área. Como exemplo temos o trabalho de Oliveira (2010) sobre o que ele denominou como *a periferia da quadra*, os alunos que não se envolviam diretamente nas aulas mesmo estando no mesmo espaço físico. Oliveira (2010, p.173) identifica que há três fatores contribuintes para a existência de alunos que não participam da aula: a não-diretividade da aula por parte do professor; a aula de Educação Física ser vista como um momento informal da escola e a “rigidez escolar”.

Identificando que a não-participação do aluno na aula de Educação Física é um fenômeno crescente, Sales e Moreira (2012) compararam variáveis fisiológicas entre alunos participantes e não participantes da aula. Os não participantes tinham um Índice de Massa Corporal (IMC) mais elevado em comparação com seu colega que participava da aula; inversamente a capacidade cardiorrespiratória do participante era maior que o não participante, parecendo demonstrar que aulas de 50 minutos em duas vezes por semana podem provocar essas diferenças observadas.

Partindo do pressuposto que o fenômeno da não-participação está consolidado como objeto de pesquisa, o enfoque de Jacó (2012) foi pesquisá-lo com a variável gênero, em especial como meninos e meninas participam ou não das aulas de Educação Física. A pesquisadora entrevistou alunos e alunas de

escolas públicas e observou aulas, constatando que mesmo a não-participação se manifesta de maneiras distintas para meninos e meninas. Houve dias em que a não-participação de meninas se dava pelo motivo de não estarem de uniforme, o que contraria frontalmente a legislação educacional.

Analisando e cruzando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação e da Pesquisa Nacional de Saúde, Soares e Hallal (2015) puderam observar diferenças entre 2009 e 2012 no que se refere ao número de minutos que os adolescentes do nono ano do ensino fundamental relataram participar de atividades físicas em pelo menos 300 minutos nos últimos 7 dias. Em todas as cinco regiões brasileiras houve um decréscimo em 2012 quando comparado a 2009. Essa diminuição no nível de atividade física semanal ocorreu apesar de em 2012 uma porcentagem maior de alunos ter participado mais das aulas de Educação Física. Esse aspecto é relevante na medida em que nos faz pensar que não basta uma metodologia que mensure a frequência de ofertas de oportunidades de atividade física desacompanhada de seu caráter qualitativo, ou, em outras palavras, não basta que o aluno relate estar em aula de Educação Física; é necessário saber como se dá sua participação e como o professor gerencia a aula.

Visando relacionar participação na aula de Educação Física com a variável isolamento social, a pesquisa empreendida por Santos *et al.*, (2015) empreendeu o uso de um questionário com 4207 adolescentes entre 17 e 19 anos de Pernambuco. Foram considerados “participantes” os adolescentes que relataram frequentar aula de Educação Física ao menos uma vez por semana. Além de constatarem que 64,9% da amostra afirma não participar das aulas, houve uma proporção maior de adolescentes que afirma “ter poucos amigos” entre “aqueles que não participavam das aulas de Educação Física” (SANTOS *et al.*, 2015, p.546). Por fim, participar da aula de Educação Física aparece na pesquisa com uma “chance inferior de 24% de ter poucos amigos” (*idem*, p.547).

Por fim, Santos *et al.*, (2019) aplicaram o IPAQ (Questionário Internacional de Atividade Física) e avaliaram o IMC de 1471 escolares com média de idade de 12,5 anos de 06 escolas de Rondônia em 2015. Além de verificarem incidência maior de sobrepeso e obesidade entre os não participantes, é de se ressaltar que os não participantes estão localizados com maior incidência (49,5%) nas escolas particulares quando comparadas às escolas públicas (38,9%). Os alunos das escolas particulares também são os que passam maiores horas dos dias com o uso de tecnologias (smartphone, tablet, computadores, videogames) e fazem mais refeições do que os alunos das escolas públicas, o que sugere que a variável renda familiar parece estar associada com os fatores investigados.

MATERIAL E MÉTODO

Visando investigar como o fenômeno da não-participação do aluno na aula de Educação Física dentro da escola é significado pelo professor, resolvemos elaborar um questionário com questões fechadas que pudesse ser aplicado e respondido eletronicamente para abranger um número maior de profissionais. Os sujeitos da pesquisa foram orientados a ler o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) que abria o questionário e, em caso de não concordância, não respondê-lo. A amostra do questionário é composta por professores e professoras de Educação Física escolar de escolas públicas e particulares da região noroeste da capital paulista, dos distritos de Perus, Jaraguá, Pirituba, Taipas, Brasilândia e Anhanguera; e de municípios adjacentes da região metropolitana como Caieiras, Cajamar, Franco da Rocha, Francisco Morato, Mairiporã, Santana de Parnaíba e Campo Limpo Paulista e foi aplicado entre março e abril do ano de 2019. De um total de 138 (cento e trinta e oito) questionários enviados eletronicamente, tivemos a devolutiva 72 (setenta e duas) respostas, das quais 12 (doze) tiveram de ser descartadas por incompletude e/ou preenchimento incorreto dos dados, restando para análise exatas 60 (sessenta) respostas.

As questões foram divididas em dois blocos. No primeiro levantávamos dados sobre os profissionais, tais como tempo de formação, tempo de atuação na educação e o contato que tiveram ou não com o tema da não-participação. O segundo bloco de questões tratou especificamente do tema da não-participação do aluno e como essa é significada pelo professor.

RESULTADOS

O quadro 1 nos apresenta um perfil dos profissionais que responderam o questionário enviado eletronicamente. Sobre o tempo de formação, observou-se que somados o número de professores formados há mais de 20 anos e entre 16 e 20 anos totaliza 35% dos professores, que relacionamos diretamente com a outra questão: “já teve contato com o tema durante sua graduação?”. Nossa revisão bibliográfica do tema

identificou sua recente inserção no meio acadêmico, dos anos 2000 para cá, o que possivelmente explica o elevado percentual (61,7%) de professores que não tiveram contato com o tema em sua formação inicial.

O principal meio de acesso dos professores com o tema parece ter se dado mesmo por iniciativa própria, quando 53,3% assinalaram contato por meio de teses, livros ou artigos, seja por meio impresso ou digital. Esse dado nos reforça a hipótese de que a não-participação é uma temática que adentrou de forma recente os estudos sobre a Educação Física escolar.

Quadro 1 – perfil dos respondentes quanto a sua formação e contato com o tema.

Questões	Respostas (%)
Há quanto tempo você terminou sua graduação?	Entre 06 e 10 anos – 28,3% Há mais de 20 anos – 23,3% Entre 11 e 15 anos – 20,0% Entre 01 e 05 anos – 13,3% Entre 16 e 20 anos – 11,7% Há menos de 01 ano – 3,3%
Há quanto tempo você leciona Educação Física em âmbito escolar?	Entre 06 e 10 anos – 30,0% Entre 01 e 05 anos – 21,7% Há mais de 20 anos – 18,3% Entre 11 e 15 anos – 18,3% Entre 16 e 20 anos – 8,3% Há menos de 01 ano – 3,3%
Já teve contato com o tema da não-participação durante sua graduação?	Sim – 38,3% Não – 61,7%
Já teve contato com o tema da não-participação em cursos de pós-graduação?	Não – 81,4% Sim – 18,6%
Já teve contato com o tema da não-participação em formato de livro, tese, artigos ou outros materiais impressos ou por meio digital?	Sim - 53,3% Não - 46,7%

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Assim, o quadro 1 parece evidenciar que o tema da não-participação, embora já objeto de estudo consolidado, está ainda pouco estudado pelo professor que precisa lidar com ele no dia a dia da escola. Os professores que travaram contato com o tema parecem ter chegado a ele mais por conta própria.

O quadro 2 se encarregará de apresentar os dados que revelam como o professor efetivamente lida com a não-participação do aluno em sua aula.

Quadro 2 - A não-participação significada pelo professor.

Questões	Respostas (em percentagem)
Considera a participação do aluno como critério de avaliação?	Sim – 93,3% Não – 6,7%
Toma providências quando um aluno se recusa a participar de sua aula?	Sim – 98,3% Não – 1,7%
Já teve algum problema com aluno por cobrar participação em sua aula?	Sim – 46,7% Não – 53,3%

Quais providências toma quando um aluno se recusa a participar de sua aula?	Tenta convencer o aluno – 39,0% Comunica à gestão escolar – 22,0% Envia bilhete\comunicado aos responsáveis – 9,3% Toma mais de uma dessas providências e\ou associadas - 29,7%
O quão importante para a aprendizagem é a participação do aluno em sua aula?	Muito importante – 93,3% Importante – 5,0% Pouco importante – 1,7%
Há alguma orientação da sua rede de ensino (ou de sua própria escola) sobre como proceder em casos de alunos que não participam das aulas de Educação Física?	Não – 88,3% Sim – 11,7%
Você já teve algum problema com aluno por cobrar participação em sua aula?	Não – 53,3% Sim – 46,7%
Quais justificativas já ouviu do aluno quando ele se recusou a fazer sua aula?	Alegou não gostar da atividade – 40,7% Alegou vergonha de participar – 13,6% Alegou estar doente mas não apresentou atestado – 11,9% Alegou não estar com a roupa ou calçado apropriado – 6,8% Alegou não saber fazer a atividade – 1,7% Justificativas associadas – 25,3%

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Quando olhamos para a questão da participação como critério de avaliação, observamos que para 93,3% dos professores a resposta é afirmativa. Se considerarmos a aprendizagem, tal como Luria (1979) nos apresenta, como uma forma não-natural de comportamento e que pressupõe uma atividade objetiva (práxis) do humano sobre o que se deseja aprender, vemos como estar ativamente envolvido com o processo de aprendizagem se torna então uma condição fundamental para assegurar que um aluno passe do desconhecimento para o domínio de um determinado conteúdo. Dessa forma, os dados parecem demonstrar que o professor está atento para a participação do seu aluno como um dos meios de avaliá-lo e na aula Educação Física participar da aula está muito associado ao *movimento corporal*, em especial nos espaços que tradicionalmente os demais componentes curriculares não usam, como uma quadra poliesportiva ou um pátio, quando estamos nos referindo mormente à escola pública. *O corpo* fica em evidência na aula de Educação Física, tradicionalmente bem mais do que nos demais componentes curriculares, apesar de nos últimos anos terem avançado propostas de aulas de cunho mais teórico para as aulas de Educação Física e outros componentes curriculares terem *descoberto* que é possível ensinar para além da sala de aula.

Esta questão está diretamente atrelada à importância que o professor atribui à participação do aluno na sua aula como meio de se assegurar que a aprendizagem está de fato sendo efetiva. É o que nos sugerem os dados de que para 93,3% dos professores é “muito importante” que o aluno participe da aula; enquanto para 5,0% considerem “importante” e apenas 1,7% “pouco importante”. Mais do que aspectos meramente quantitativos, parece que para esse professor importa que o aluno não esteja na “periferia” da quadra (OLIVEIRA, 2010), alheio à atividade. E aqui novamente temos que pensar na *especificidade* do movimento do corpo como meio de expressão dessa aprendizagem; ao contrário de uma tradicional aula de Língua Portuguesa, em que o mesmo aluno que permanece sentado durante toda a aula pode ou não estar envolvido ativamente no processo de aprendizagem.

Em relação ao que efetivamente o professor faz quando ocorre de um ou mais alunos não participarem da aula, os dados apontam que a maioria toma providências (98,3%). Questionamos na sequência, então,

que providências seriam essas e aqui os dados nos mostram que 39,0% dos professores tentam “convencer o aluno” a participar da aula; em segundo lugar aparece a alternativa “comunica à gestão escolar (22,0%); e em terceiro lugar a opção “envia comunicado aos pais\responsáveis e os professores que assinalaram mais de uma das alternativas somam 29,7%. Essas duas questões parecem nos apontar que o professor está atento ao que ocorre em sua aula para perceber que um aluno não está participando e que a opção de trazer o aluno para sua aula figura acima de outras tidas como mais *burocráticas*, ou meramente disciplinares tais como avisar os pais ou a gestão escolar.

Sobre a questão das justificativas que o aluno usa para não participar, segundo 40,7% dos professores a principal é “não gostar da atividade”; seguida de “vergonha” com 13,6%; alegou “estar doente mas não apresentou atestado” com 11,9%; alegou não “estar com roupa\calçado apropriado” com 6,8%; alegou “não saber a atividade” com 1,7% e, por fim, 25,3% quando o professor respondeu que ouve essas justificativas em combinações umas com as outras. Pensamos que a principal justificativa, “não gostar da atividade” traz consigo duas possíveis interpretações: o aluno não gosta da atividade por não ser a que ele gostaria de fazer - daí sua recusa -, ou o aluno não gosta da atividade por ter tentado e não obter êxito? Seja como for, o papel do docente não é simplesmente atender aos pedidos da criança, por um lado, e, por outro lado, também não ser insensível à cultura corporal que os alunos trazem de fora da escola. Muita da imagem negativa associada ainda ao professor de Educação Física se relaciona ao personagem do professor *rola a bola*, ou seja, o professor que não direciona as atividades em aula.

Em relação a já ter tido problemas por cobrar a participação do aluno em sua aula, os respondentes que afirmaram não ter tido somam 53,3%; enquanto os que afirmaram positivamente totalizam 46,7%. Essa questão pode ser relacionada à outra sobre as orientações que sua rede de ensino (ou própria escola) tem ou não sobre alunos que não participam das aulas. Aqui as respostas não foram tão equilibradas: 88,3% contra apenas 11,7% afirmam não existir nenhuma orientação sobre como proceder em caso de o aluno não querer participar da aula de Educação Física. Essas duas questões estão mais relacionadas aos aspectos disciplinares que cada instituição lança mão para gerenciar as relações professor-aluno dentro da escola. Nos casos dos demais componentes curriculares, tradicionalmente a não participação do aluno se dá por outros meios: a professora de Geografia pode dar um visto no caderno de quem não fez a lição; o professor de História pode pedir que a coordenadora pedagógica converse com o aluno que não entregou o trabalho no prazo etc. Com a Educação Física essa relação parece se dar de outras formas, o que talvez ajude a explicar porque não há uma orientação da rede de ensino\escola em como proceder na recusa do aluno em não fazer aula. Podemos aventar em forma de hipótese também que essa ausência esteja relacionada ao fato de, tradicionalmente, a Educação Física ter sua imagem ainda associada às atividades *meramente corporais* dentro da escola, o que nos leva a pensar que o dualismo corpo\mente, motor\cognitivo não foi totalmente superado, apesar dos avanços nas neurociências.

DISCUSSÃO

Na primeira parte de nossa pesquisa os dados obtidos sugerem que a recente inserção do tema não-participação nos meios acadêmicos ajuda a explicar o alto índice de professores que não teve contato com o tema, seja em sua formação inicial, seja ainda em estudos posteriores, quer como nível de pós graduação, quer como contato com teses ou livros físicos ou digitais. Esse achado nos leva a indagar se anteriormente o fenômeno da não-participação não existia. Dito de outra forma, antes de Oliveira (2010) identificar que existia uma “periferia da quadra”, todos os alunos participavam das aulas de Educação Física escolar? Essa nunca foi uma preocupação dos professores? Pensamos como Caparroz (1997) que não; que a universalização do acesso à educação demonstrou a falácia escamoteada por detrás de discursos expressos em falas como *a escola de antigamente era boa*. Sabemos, hoje, que a escola anterior ao período de redemocratização foi pensada para ser frequentada por uma elite intelectual e econômica (SAVIANI, 2013); jamais foi pensada para o acesso aos filhos das classes trabalhadoras ou, quando muito, que esses alunos tivessem acesso ao mínimo de anos de estudo - lembremos do exame de admissão para o ensino ginasial.

Nos lembra Caparroz (1997, p.91) que “(...) o acesso à escola era praticamente restrito às elites, e mesmo nas escolas onde os trabalhadores tinham acesso, é preciso verificar se havia aulas de Educação Física”. No Estado de São Paulo, por exemplo, durante o Ciclo Básico da década de 1980 a prática da Educação Física escolar era mais ofertada aos alunos do ensino fundamental II e médio; os anos iniciais do ensino fundamental tiveram aulas de Educação Física de forma obrigatória somente a partir de 2002. E mesmo anteriormente a esse período, as aulas ocorriam no contraturno escolar, ou seja, o aluno que tinha aulas regulares pela manhã, a tarde deveria retornar à escola para frequentar aulas de Educação Física, e

vice-versa, o que levava muitos alunos a simplesmente não ter acesso às aulas. Diante dessas conjunturas educacionais que o sistema de ensino assumia é que pensamos que o problema da não-participação do aluno na verdade não era realmente um *problema* para o professor.

Regressando um pouco no período em que ainda não existia a atual LDB que tornou *obrigatório o ensino de Educação Física na educação básica*, integrando-a a *proposta pedagógica da escola*, temos que o trabalho de Alegre (1993) aplicou um questionário a 41 professores para saber suas concepções sobre avaliação. Observamos que os dados sobre as *atitudes* dos alunos em relação a aula figuram entre os três primeiros quesitos em grau de importância para o professor em seu processo de avaliação: “participação - 87,80%; interesse - 75,60%; esforço\dedicação - 70,73%” (ALEGRE, 1993, p.92). O quesito “movimento correto” aparece como primeira opção de avaliação em apenas 20,0% dos questionários, ou para apenas 03 (três) professores, contrariando a ideia de que nesse período se preocupava apenas com o corpo-máquina, com o rendimento esportivo do aluno. Parece já existir uma preocupação em avaliar o aluno mais pelo seu envolvimento com a aula do que propriamente com seu desempenho.

Os dados analisados parecem nos mostrar que os (as) professores (as) se importam com seu aluno que não participa das aulas de Educação Física, contrariando os achados do já citado trabalho de Oliveira (2010) que responsabiliza o professor como responsável pela não-participação do aluno. De certa maneira, essas críticas endereçadas ao professor desconsideram as condições objetivas de trabalho, em muito se assemelhando aos processos de avaliação externa e sua política de *accountability*, responsabilização. Os dados apresentados nos mostram que: a) o professor está sensível ao aluno que não participa de sua aula; b) toma providências quando tal ocorre e c) procura trazer o aluno para sua aula antes de tomar uma providência de caráter mais *disciplinar*. O movimento de crise paradigmática dos anos 80 do século passado ensejou mudanças na Educação Física escolar, que desde então passou a ter status de *componente curricular*, e não mais de mera *atividade* dentro da escola. Anteriormente o professor sequer tinha aulas regulares, ao passo que hoje deve até mesmo participar do conselho de classe onde, *em teoria*, está em pé de igualdade com todos os demais componentes curriculares. Ao levar para o conselho de classe como critério de avaliação se o seu aluno participa ou não de sua aula, entendemos que o professor de Educação Física está sim procurando valorizar seu trabalho e seu componente curricular naquilo que lhe é de mais específico e que justifica sua presença dentro da escola: o aluno que se movimenta. E quando dizemos que um corpo se movimenta dentro da escola estamos querendo superar os dualismos que facilmente capturam a forma como tradicionalmente opomos atividades corporais e atividades intelectuais em nossa sociedade de uma maneira geral, e de forma específica na educação escolar, em que componentes curriculares são tidos como mais relevantes frente a outros. São recentes os estudos que tentam relacionar a prática de atividades físicas às funções cognitivas, muito em função dos avanços também recentes das neurociências e seus métodos investigativos. No entanto, trabalhos como os de Donnelly *et al.*, (2016) colocam em evidência como o corpo é, de fato, indivisível em suas funções motoras e cognitivas.

Tornou-se ponto de relativo consenso que o aumento na oferta de vagas na educação básica que os governos pós-ditadura militar promoveu ajudou a debelar a injustiça social da falta de escolas país afora, a denominada *universalização* da educação. No entanto, esse discurso oficial ajuda a escamotear problemas da educação que não estão ao alcance dos cidadãos para debater com maior propriedade, pois que “as salas de aula estão superlotadas e a qualidade das aprendizagens deixa a desejar” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p.157). A título de exemplo e especificamente na Educação Física escolar, em fins da década de 1990 e início dos anos 2000, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo promoveu uma reorganização de suas unidades escolares, criando as escolas denominadas de *modelo Nakamura*, construídas a base de uma estrutura de container em zinco. Em geral, essas escolas - construídas como uma alternativa *temporária* - foram feitas para separar as faixas etárias, de forma que alunos do ensino fundamental I (1º ao 5º ano) não estudassem com alunos mais velhos. Ocorre que muitas dessas escolas não foram projetadas para ter uma quadra escolar, além do fato de que a estrutura de zinco aquece acima do normal no verão e esfria também acima da média no inverno quando comparada a uma escola de alvenaria. Ora, o Brasil representa um caso *sui generis* da história recente dos grandes eventos esportivos modernos: se entre 2014 e 2016 o país pôde sediar, respectivamente, uma Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos, como explicar que, segundo dados do próprio Censo Escolar de 2015, 65,5% das escolas públicas brasileiras não tenham quadra para prática esportiva? (MARIZ, 2016).

Apesar de toda essa conjuntura objetiva desfavorável, os dados apresentados nos parecem sugerir que os professores se importam com o aluno que não está envolvido na sua aula, demonstrando atitudes que buscam saber seus motivos por um lado, e envolvê-lo, por outro. O que nos leva a pensar que os debates promovidos desde a crise da Educação Física da década de 1980 tenha conseguido - ainda que de forma lenta e gradual - modificar de alguma forma como o professor de Educação Física significa e avalia

o aluno em sua aula. Por um lado o fato de uma parcela significativa dos respondentes ter afirmado que já teve problemas por cobrar a participação do aluno em sua aula demonstra o compromisso do professor em assumir sua parcela de responsabilidade pela aprendizagem dos alunos; mas, por outro lado, pode nos ajudar a compreender que há professores que desinvestem do aluno não participante por receio do que possa vir em consequência, e aqui é oportuno recordar do caso do professor de Língua Portuguesa de Formosa do Oeste, no Paraná, que foi esfaqueado dentro da sala de aula por seu aluno de 14 anos de idade após pedidos para participar da aula.

Por fim, não podemos deixar de ponderar que a escola pública brasileira do século XXI ainda está longe de ser promotora e asseguradora de igualdade de acesso e oportunidade a todos os seus cidadãos, porém ela, a escola pública, será por muitas vezes a única forma de contato do cidadão com as políticas de Estado. Temos ilhas de excelência em meio a oceanos de desigualdade: temos escola pública que ganha medalhas em torneios internacionais de Física e temos escola que nem laboratório de Ciências possui; temos escola com aulas de robótica e escola que mal tem energia elétrica; temos alunos que vão para a aula de Educação Física com os melhores uniformes e tênis que podem comprar e temos alunos que vão com roupas doadas e chinelos pelos primos mais velhos; temos famílias que enviam lanches saudáveis para suas crianças e temos crianças que só vão à escola para comer, pois é a única refeição que terão naquele dia. Desse modo, até que ponto se explicar a não-participação do aluno com uma vaga definição de *desinteresse do aluno* ou *descaso do professor*? E as condições objetivas de ensino? Dados coletados por Hess; Moreira e Toledo com professores de escolas públicas (2018, p.03) dão conta de que, em pleno ano de 2018, a principal queixa dos professores continua sendo a “falta de material”, seguida de “ausência de espaço físico adequado” para as aulas.

REFERÊNCIAS

- ALEGRE, A.D. **A avaliação em Educação Física: ação docente nas escolas oficiais de primeiro grau**. São Paulo, Mestrado em Educação Física apresentado à Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo, 1993.
- CAPARROZ, F.E. **Entre a Educação Física da escola e a Educação Física na escola: a Educação Física como componente curricular**. Vitória, UFES, 1997.
- DONNELLY, J.E. *et al.* Physical activity, fitness, cognitive function, and achievement in children: a systematic review. **Med. Sci. Sports Exerc.** v.48, n.6, p.1197-1222, 2016.
- HESS, C.M.; MOREIRA, E.C.; TOLEDO, E. de. Dematerializing physical education in public schools: an indication of permanence. **Motriz**, Rio Claro, v.24, n.2, p.1-12, 2018.
- JACÓ, J.F. **Educação Física Escolar e Gênero: diferentes maneiras de participar das aulas**. Mestrado em Educação Física apresentado a Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. 120 f.
- LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F. de; TOSCHI, M.S. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização**. 10.ed. São Paulo, Cortez, 2012.
- LURIA, A.R. **Curso de psicologia geral** - Volume 1: introdução Evolucionista à Psicologia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. Tradução de Paulo Bezerra.
- MARIZ, R. **Seis em dez escolas públicas do Brasil não tem quadra para atividade física**. O Globo, <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/seis-em-dez-escolas-publicas-do-brasil-nao-tem-quadras-para-atividade-fisica-19871349> 07\08\2016 acessado em 10\11\2017.
- OLIVEIRA, R. C. de. **Na “periferia” da quadra: Educação Física, cultura e sociabilidade na escola**. Campinas, Tese de Doutorado em Educação Física apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, f. 201, 2010.
- SALES, W.F.; MOREIRA, O.C. Capacidade cardiorrespiratória e composição corporal de estudantes participantes e não participantes de aulas de educação física. **Brazilian Journal of Biomotricity**, v.6, n.3, p.153-158, 2012.
- SANTOS, S.J. *et al.* Associação entre prática de atividades físicas, participação nas aulas de Educação Física e isolamento social em adolescentes. **Jornal de Pediatria** (Rio de Janeiro). v.91, n.6, p.543-550, 2015.

SANTOS, J.P. dos *et al.* Fatores associados à não participação nas aulas de Educação Física escolar em adolescentes. **Journal Physical Education**, v.30, p.1-12, 2019.

SAVIANI, D. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.34, n.124, p.743-760, jul.set. 2013.

SOARES, C.L. *et al.* **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo, Cortez, 2000.

SOARES, C.A.M.; HALLAL, P.C. Interdependência entre a participação em aulas de Educação Física e níveis de atividade física de jovens brasileiros: estudo ecológico. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**. Rio Grande do Sul, v.20, n.6, p.588-597, 2015.

Secretaria Estadual de Educação de São Paulo - SEE\SP
Rua Tarcon, 313
São Paulo/SP
05223-070